



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

O EFEITO DA ADOÇÃO DO ACCOUNTABILITY NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

ADRIANA DOS SANTOS RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

VILMAR ANTONIO GONÇALVES TONDOLO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

GUILHERME LERCH LUNARDI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

FLÁVIO RÉGIO BRAMBILLA

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (UNISC)

Agradecimento à órgão de fomento:

CNPQ - 306361/2019-1

O EFEITO DA ADOÇÃO DO *ACCOUNTABILITY* NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

1 INTRODUÇÃO

Compõem o Terceiro Setor, organizações sem fins lucrativos e não estatais que atuam, coletiva e formalmente para o bem-estar de uma comunidade ou sociedade, por meio do fornecimento de serviços e bens, que deveriam ser prestados pelo Estado (Araújo, 2005). No Brasil, essas entidades possuem diversas terminologias, entre elas, Terceiro Setor, Entidades sem Fins Lucrativos, Organizações Não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil, Entidades Benéficas e Organizações Filantrópicas (Olak e Nascimento, 2006).

As entidades sem fins lucrativos podem atuar nos mais diversos setores da sociedade, como os beneficentes, filantrópicos, culturais, educacionais, científicos, etc. (Almeida e Ferreira, 2006). As organizações sem fins lucrativos desempenham um papel relevante na sociedade brasileira. Eles realizam diversos tipos de atividades, contribuindo para o produto interno bruto, bem como fomentando e dando acesso a diversos tipos de serviços à população brasileira. Dados recentes indicam a existência de 400 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil (IPEA, 2015). Por realizarem uma função de interesse público, espera-se que as organizações do Terceiro Setor apresentem, de modo transparente, sua pasta de projetos, seus resultados e recursos alcançados (Olak e Nascimento, 2010).

Para França (2007), a transparência no Terceiro Setor parte da ideia que os recursos colocados à disposição dos gestores sejam informados de forma ordenada, transparente e com livre acesso por parte de seus patrocinadores. A ação da transparência dentro da organização se utiliza de um instrumento muito importante que é a *accountability*. Sua análise no nível do terceiro setor é atual, entretanto devido à expansão desse setor, a *accountability* tornou-se fator de sustentabilidade, devido à grande concorrência por recursos financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações terão maior possibilidade de obtenção dessas receitas (Milani Filho, 2004).

Buchheit e Parsons (2006) revelam que nesta circunstância e em relação à necessidade de arrecadar recursos, a melhoria da responsabilidade das instituições sem fins lucrativos atraiu muita atenção mundial. Tirando, como exemplo, estudos como Gugerty (2009), Parsons (2007) e Saxton, Kuo e Ho (2012), especialmente, a responsabilidade voluntária sem fins lucrativos está aflorando (abrangendo informações financeiras, compatibilidade com códigos de conduta e licença), com o objetivo de remeter indícios de qualidade e confiabilidade para um público cada vez mais incrédulo. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo: analisar a influência do *accountability* na percepção de confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação, das instituições sem fins lucrativos.

Para tal, foi desenvolvido um experimento baseado em vinheta com potenciais doadores de organizações sem fins lucrativos. Para realizar o estudo foram adaptados e validados no Brasil a vinheta e o instrumento de coleta de Becker (2018). Os resultados apontam a importância da adoção do *accountability* para confiança pública, a reputação, a qualidade percebida e para a intenção de doação. Além dessa seção introdutória, esse estudo está organizado em fundamentação teórica, método de pesquisa, análise dos dados, discussão dos resultados, conclusão e por fim referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os pilares teóricos da pesquisa foram selecionados a partir de leituras sobre os temas Organizações sem fins lucrativos ou terceiro setor, Instrumentos de transparência (*Accoutability*) e Responsabilidade Voluntária nas Instituições sem fins lucrativos.

2.1 Organizações do terceiro setor ou sem fins lucrativos

As organizações possuem três categorias: o primeiro, o segundo e o terceiro setor. O primeiro setor é composto pelas organizações governamentais; o segundo setor é composto pelas empresas privadas ou particulares; e, as organizações do terceiro setor são formadas pelas entidades sem fins lucrativos, tais como associações, ONGs e fundações (Dall'Agnol *et al.*, 2017).

O terceiro setor manifestou-se da necessidade de preencher demandas sociais que não eram atendidas pelos governos (primeiro setor) devido a crises que diminuía o poder do Estado (Salamon, 1998). Diversamente do setor privado tradicional, seu objetivo não é auferir o lucro, mas sim desenvolver atividades relacionadas às causas sociais nas mais diversas áreas, como saúde, cidadania, assistência social, defesa de direitos e educação (Salamon e Sokolowski, 2016).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004, p.9) caracteriza como grupos, movimentos ou entidades sem fins lucrativos as organizações do terceiro setor, e ressalta sua importância “para a efetivação da democracia, promoção do desenvolvimento e da cidadania”.

Usar a expressão “sem fins lucrativos” para as instituições do terceiro setor é desfavorável e mostra apenas aquilo que essas organizações não são. Apesar disso, essa classificação inclui todas as organizações deste setor, quaisquer que sejam seus interesses. Essas instituições são agentes de mudança humana, seu fruto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio (Drucker, 2002, p. XIV).

Salamon e Anheier (1992) definem as instituições sem fins lucrativos como o grupo de organizações em uma sociedade que compartilham cinco atributos básicos: primeiro, eles são organizados; segundo, são privados; terceiro, são distribuidores sem fins lucrativos; quarto, são autogovernados e quinto, voluntários. Já para Fernandes (1994), as organizações do terceiro setor são instituições sem fins lucrativos, baseadas na participação voluntária, num âmbito não governamental, que mantém as práticas da caridade, da filantropia e do patrocínio, expandindo sua lógica para outras áreas, devido, sobretudo, à inclusão do conceito de cidadania e de suas várias manifestações da sociedade.

O terceiro setor consiste em instituições das quais, seus principais objetivos são sociais, em vez de econômicos. O foco do setor inclui instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais, e outras organizações voluntárias (Hudson, 1999). Elas são cada vez mais importantes para a sociedade e academia devido à importância de seu papel social e segundo Salamon (1998), é complementar à atuação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas em vários setores que envolvem a população em vulnerabilidade social.

Para o exercício de suas atividades de prestação de bens coletivos, essas entidades acabam por competir por doações, as quais são necessárias para sua subsistência (Marcuello e Salas, 2001). Nessa perspectiva, a captação de recursos é imprescindível para um ambiente

sustentável, uma vez que age como um promotor da estratégia organizacional, tornando possível a sustentabilidade e a efetividade de suas políticas de ação social (Armani, 2008).

Acredita-se que a transparência e a prestação de contas são aspectos-chave para a mobilização de recursos, uma vez que processos transparentes podem contribuir para o aumento da captação de recursos, enquanto a prestação de contas apresenta, de forma clara, a origem e a aplicação dos recursos. Assim, define-se prestação de contas como uma obrigação social e pública que tem como objetivo apresentar informações sobre algo pelo qual é responsável, sendo considerada a base da transparência e do controle social (TCU, 2008). A transparência, por sua parte, é mais importante que a prestação de contas, pois, além da divulgação dos documentos exigidos por lei, tem uma gestão que precisa apresentar o processo organizacional na sua totalidade, repassando a clareza e a segurança do mesmo (Tondolo *et al.*, 2016). Essas organizações também precisam provar que o dinheiro foi usado adequadamente para os projetos sociais e que proporcionou à sociedade retornos equivalentes (Benjamin *et al.*, 2018; Valencia *et al.*, 2015).

2.2 Importância dos instrumentos de transparência

Geralmente, as leis se encarregam de demandar a adoção de rotinas administrativas que obstruam a aquisição, de forma individual ou coletiva, de benesse ou vantagens pessoais em decorrência da participação no processo resolutivo da organização do Terceiro Setor, como, por exemplo, a Lei 9.790, de 23/03/1999.

São entendidos como benefício ou vantagens pessoais os obtidos pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau; e por pessoas jurídicas das quais os já mencionados sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias, conforme determina o Decreto 3.100, de 30/06/1999, que regulamenta a Lei 9.790 / 99.

Impedindo as transações para proveito pessoal, o Estado é rígido ao estabelecer as responsabilidades financeiras do Conselho Curador em casos de desvio dos recursos. Se, por um lado, isso deixe claro quem tem o direito de exigir explicações e aplicar penalidades, no dia-a-dia as ferramentas de governança são de maior complexidade, resultando intervenções de órgãos fiscalizadores apenas em casos de denúncias formais ou em situação de falência (Sathler, 2008).

Mendonça e Machado Filho (2004) também analisaram as matérias de governança corporativa do terceiro setor, relacionando esses temas de forma a encontrar instrumentos de governança que tenham possibilidade de implementação nesse segmento para uma gestão e um desempenho social com maior eficiência. Segundo eles, as técnicas de governança, de modo geral, são os seguintes: os externos (sistema político-legal e regulatório e ‘mercado de doações’) e os internos (sistema de controle dos conselhos). Mindlin (2009) afirma, ao final de sua tese, que o principal mecanismo de eficiência para essas organizações seria a atuação dos conselhos fiscais e curadores.

Guimarães (2008, p. 77) lista as principais competências legais do Conselho Curador. No que se refere às responsabilidades do Conselho Curador perante padrões legais básicos, é possível encontrar um conjunto de elementos comuns: garantir que as atividades da organização estejam alinhadas com a sua missão; cuidar do planejamento de longo prazo e estabelecer as políticas organizacionais mais importantes; acompanhar a gestão financeira a assegurar que os recursos estão sendo aplicados da melhor maneira; garantir que as responsabilidades legais e éticas estão sendo seguidas; contratar, fiscalizar e demitir os cargos executivos de maior importância; representar a organização perante a sociedade assim como diante de seus

principais stakeholders. “*Stakeholder compreende aqueles indivíduos, grupos e outras organizações que têm interesse nas ações de uma empresa e que têm a capacidade de influenciá-la*” (Savage, Nix, Whitehead e Blair, 1991).

De acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do IBGC (2010), existem quatro princípios básicos. São eles: **transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa**.

Vargas (2008) ratifica que a **transparência** é um princípio que precisa do amparo por todos os indivíduos. Isso porque, com a sua utilização, ocorre a geração da confiança interna e externa, ou seja, entre os colaboradores da entidade e entre ela e terceiros. A transparência deve usar a informação e a prestação de contas, tanto de fatores tangíveis quanto intangíveis, para aumentar o valor da organização.

A transparência e a prestação de contas para as instituições do Terceiro Setor têm se tornado decisivo, seja pela preocupação dos gestores e financiadores, seja pela imposição da sociedade frente aos escândalos envolvendo as ONGs. Ponderação, que reflete nas práticas organizacionais e atravessa fronteiras, uma vez que leva os pesquisadores na busca de maiores informações sobre esse tema nos mais diversos continentes (Tondolo *et al.*, 2016).

Tondolo *et al.* (2016) apresentam a transparência sob quatro aspectos: a) transparência em nível Inicial de Atendimento; b) transparência em Aspectos Legais; c) transparência na Prestação de Contas; e d) transparência em Gestão e Resultados. Diante disso, Board *et al.* (2002) ressaltam que os padrões mais citados no processo de transparência são a divulgação financeira, a disponibilidade de informações operacionais e administrativas aos diferentes públicos, o acesso às instalações físicas e a divulgação dos nomes dos membros da administração.

A **equidade** caracteriza-se pelo tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais "partes interessadas" (*stakeholders*), como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis (IBGC, 2011).

Segundo IBGC (2011), na **prestação de contas** os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos. O termo *accountability* se refere à prestação de contas da fundação aos seus interessados. Assim, a atuação dos agentes da governança é dotada de responsabilidades e oportunidades, visto que o cumprimento dessa obrigação gera credibilidade e confiança, interferindo positivamente em futuras parcerias ou projetos, até mesmo internacionais (Vargas, 2008).

Kearns (1994, p. 188) apontou quatro categorias de *accountability* no campo da gestão das instituições do Terceiro Setor: 1. *Accountability* imposta pela lei ou contrato; 2. *Accountability* negociada entre a organização e a comunidade, na qual se insere, a partir dos valores sociais, crenças e realidade política; por exemplo, quando um hospital confessionnal se submete a não realizar cirurgias em determinados dias da semana em membros de determinada seita religiosa; 3. *Accountability* profissional ou discricionária, que reflete o que se espera do desempenho dos profissionais ou voluntários que trabalham; 4. *Accountability* antecipatória, que trata da capacidade da instituição antever futuros padrões que lhes serão exigidos e participar proativamente da construção de políticas e práticas que virão a afetar sua atuação.

Para ampliar a discussão e ser capaz de dar resposta aos diversos aspectos da *accountability* para a direção de uma organização do Terceiro Setor, Morrison e Salipante (2007, p. 199) propõem o uso de dois conceitos relacionados. Um deles é a *accountability* baseada nas regras, preocupada em cumprir as normas estatutárias, leis e os objetivos explicitamente determinados, com espaço para padrões contábeis, auditorias externas,

regulamentos internos de gestão de pessoal e outras ações desse tipo. Outro é a *accountability* negociada, para lidar com os comportamentos implícitos e subjetivos que se espera de uma organização desse tipo, a ser negociada entre os próprios líderes e com os critérios específicos de seus stakeholders, suas medidas, interpretações do que é ser eficaz, de forma coerente com a história, os valores éticos e a missão institucional.

Já na **responsabilidade corporativa** os conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua. Sendo assim, a "função social" da empresa deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia e melhoria da qualidade de vida por meio de ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Inclui-se neste princípio a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumos) oferecidos pela própria comunidade (IBGC, 2011).

2.3 Responsabilidade Voluntária nas Instituições do Terceiro Setor

Medeiros (2016) observa que os doadores possuem vários motivos para realizar seus donativos, sendo assim, as entidades sem fins lucrativos devem atraí-los por meio da divulgação de informações que favoreçam à visualização da gestão dessas organizações.

Diante da hesitação, por parte dos doadores, em relação à gestão dos recursos aportados pelas entidades sem fins lucrativos, as contribuições podem diminuir. Os relatórios contábeis e a divulgação voluntária do desempenho organizacional podem exercer um papel importante na decisão de contribuir por parte dos doadores, e isso ocorre caso esses doadores julguem investigar a integridade da organização, antes de doar (Parsons, 2007).

Com a necessidade de arrecadar fundos, houve a melhoria da responsabilidade das organizações sem fins lucrativos, o que está atraindo bastante a atenção mundial (Buchheit e Parsons, 2006). Estudos sobre a responsabilidade voluntária sem fins lucrativos estão aflorando (incluindo relatórios financeiros, conformidade com códigos de conduta e credenciamento), no propósito de provar qualidade e confiabilidade para um público cada vez mais descrente (Becker, 2018).

Para Becker (2018), as maneiras mais vulneráveis de responsabilidade voluntária são de natureza interna e envolvem atividades que não refletem a anuência de modo algum, ou aqueles que supervisionam os relatórios financeiros da organização sem qualquer avaliação, resultando basicamente em fiscalização interna. Segundo Gugerty (2009), uma maneira paulatinamente mais forte de responsabilidade voluntária é a autocertificação institucional na forma de anuência com exemplos específicos, que sem uma revisão precisa, torna-se ainda fraca.

Alguns trabalhos, como Gugerty (2009), Szper e Prakash (2011) e Willems *et al.* (2017), apontam que as formas mais fortes de responsabilidade voluntária das organizações do terceiro setor são de natureza externa e englobam apreciação de associações do ramo, pares ou membros não associados, sendo a forma de responsabilidade voluntária considerada mais forte, a que possua uma revisão independente de terceiros e um processo de ateste e certificação correspondente, contendo a autorização de um selo de validação.

Para provar a capacidade de gerenciamento adequado de recursos, que proporcione o retorno adequado à sociedade, as instituições do terceiro setor, passaram a adotar iniciativas e

atividades de responsabilidade voluntária, que vão muito além da responsabilidade mínima legal (Becker, 2018).

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 Classificação da Pesquisa

Na pesquisa experimental deve haver a seleção das variáveis, a especificação dos níveis de tratamento e a definição das formas de controle e de observação dos efeitos para que os testes e análises dos dados possam ser realizados adequadamente (Cooper e Schindler, 2016). Assim, o presente estudo foi desenvolvido por meio de um experimento baseado em cenários com a utilização de vinhetas. Uma vinheta é uma exposição resumida de uma pessoa ou de uma situação social incluindo referência precisa quanto aos fatores mais importantes para o participante tomar uma decisão ou realizar um julgamento (Wason, Polonsky e Hyman, 2002). Para a realização deste experimento foi utilizado um cenário contendo quatro versões de níveis de *accountability* adaptados de Becker (2018) e validados para o contexto brasileiro. O instrumentoⁱ de coleta foi a vinheta constituída de apresentação do cenário, módulo comum, manipulação dos fatores, questionário contendo as questões de verificação de atenção, questões de verificação de realismo da vinheta, questões de verificação de manipulação, questões relacionadas as variáveis dependentes e as questões gerais de caracterização dos sujeitos. O experimento apresenta uma variável manipulada, a adoção do *accountability* em 4 níveis distintos de adoção do *accountability*, com as seguintes variáveis dependentes: confiança, reputação, qualidade e intenção de doação.

3.2 Amostra

Os participantes da pesquisa eram todos brasileiros maiores de 18 anos. A coleta foi realizada do dia 27 de outubro até o dia 17 de novembro. Ao final da coleta, 183 indivíduos acessaram o questionário e 123 preencheram completamente a pesquisa; destes, 118 foram considerados válidos por terem respondido corretamente à pergunta de atenção. Em média, os participantes levaram 4 minutos para responder o questionário. Além disso, a média de idade dos sujeitos foi de 35,53 anos, com idade mínima de 18 e máxima de 68 anos. Sendo 78 do sexo feminino (66,1%) e 40 do sexo masculino (33,9%). Em relação ao nível de escolaridade dos participantes, 36 sujeitos estão na graduação (30,5%), 41 sujeitos estão na pós-graduação (34,7%) e 41 sujeitos escolheram a opção outros (34,7%). A tabela 1 apresenta a porcentagem de participantes válidos por cenário. Foi utilizada a abordagem *between-subjects*, na qual cada participante recebe apenas uma versão do cenário. Para assegurar a validade do experimento, foi utilizada a atribuição aleatória, na qual todos os participantes tem a mesma chance de ser atribuídos a uma das versões do cenário. Para operacionalizar a coleta e a randomização foi utilizada a plataforma *SurveyMonkey*.

3.3 Procedimento do Experimento

Os sujeitos receberam um módulo comum, com as informações sobre o cenário da pesquisa. Logo após receberam, de forma aleatória, um dos tratamentos experimentais com um desses níveis de *accountability*: com certificação externa, responsabilização externa,

responsabilidade mínima e sem padrão. Logo após os sujeitos responderam as questões sobre as variáveis dependentes e de caracterização.

3.4 Verificações do Experimento

Foram realizadas as verificações de atenção, realismo, manipulação e efeito demanda. A verificação de atenção possibilita identificar respostas incompatíveis devido a leituras distraídas das vinhetas, contribuindo para a qualidade dos resultados do modelo experimental (Abbey e Meloy, 2017). Dos 183 participantes da pesquisa, 118 responderam corretamente a seguinte pergunta sobre atenção -Qual era seu papel no caso?

Para Eckerd (2016), com a verificação de realismo se avalia o nível de percepção dos respondentes nas vinhetas descritas. Para o teste de realismo, a média foi de 5,03 numa escala Likert de 7 pontos, sendo 1, para nem um pouco realista e 7 para muito realista. A média para interessante foi de 5,49, também numa escala Likert de 7 pontos, sendo 1 para nem um pouco interessante e 7 para muito interessante. As médias foram consideradas satisfatórias.

Para Eckerd (2016), o teste de verificação de manipulação revela se os indivíduos analisaram e captaram as diferenças nos níveis dos métodos empíricos criados pelo pesquisador. A tabela 1, confirma a compreensão dos participantes da pesquisa sobre as manipulações, pois quanto menor o nível de *accountability* do cenário, menor é o nível da resposta.

Tabela 1 – Teste de Verificação de Manipulação

Verificação de manipulação			
Accountability	Média	N	Desvio Padrão
Com/Certificação/Externa	5,71	28	1,883
Responsabilização/Interna	5,53	36	1,647
Responsabilidade/ Mínima	5,10	31	1,938
Sem/ Padrão	3,04	23	2,184
Total	4,97	118	2,110
Entre grupos	F: 10,476		Sig. 0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

O efeito demanda ocorre quando o participante toma sua decisão visando apresentar um possível “comportamento apropriado” com base na manipulação das variáveis nas vinhetas (Zizzo, 2010). O questionário apresentou duas perguntas de atitude do indivíduo em relação à transparência, que seriam respondidas de acordo com a percepção pessoal do participante: - Em geral, acredito que padrões de qualidade e transparência são importantes para arrecadação de fundos para organizações. -Em geral, acredito que padrões externos de qualidade e transparência, como selos de aprovação e certificação de outras organizações são importantes para arrecadação de fundos para organizações. Segundo a Tabela 3 as médias obtidas em cada cenário não possuem uma diferença significativa, provando que as manipulações não influenciaram a percepção do participante. Nesse sentido, reduzindo a possibilidade de os respondentes terem sido modulados pelos estímulos do experimento, afastando a possibilidade de efeito demanda.

Tabela 3 – Efeito demanda

<i>Accountability</i>	Atitude Média		
	Média	N	Desvio padrão
Com certificação externa	6,3929	28	,89605
Responsabilização interna	6,4167	36	1,05898
Responsabilidade mínima	6,4355	31	,79312
Sem padrão	6,3478	23	1,03830
Entre grupos	F: 0,41		Sig. 0,989

Fonte: Dados da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados por meio da Análise de Variância. Segundo Montgomery (1991), a Análise de Variância (ANOVA - *Analysis of Variance*) é uma ferramenta para comparação de vários grupos ou estratos de interesse. A ANOVA permite investigar a existência de diferenças significativas entre os grupos estudados, e suas conclusões apresentam um nível de confiança determinado pelo analista (Paese *et al.*, 2001). A ANOVA possui dois pressupostos: que os dados da variável dependente estejam numa distribuição normal e que se tenha homogeneidade na variância entre os grupos.

Visando analisar o pressuposto da normalidade dos dados, foram realizados os testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk em todas as variáveis dependentes: Intenção de doação, Qualidade, Confiança Média e Reputação Média. Como pode ser observado na Tabela 4, a significância dos dados das variáveis dependentes mostra que eles não apresentam distribuição normal. Para buscar atender os pressupostos e compensar a distribuição anormal, ao rodar a ANOVA, foi utilizado o procedimento da reamostragem (*bootstrap*), fazendo com que a distribuição se aproxime da normal.

Tabela 4 – Teste de Normalidade

	Testes de Normalidade					
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	Df	Sig.	Estatística	Df	Sig.
Intenção de doação	,182	118	,000	,865	118	,000
Qualidade	,179	118	,000	,866	118	,000
Confiança Média	,173	118	,000	,878	118	,000
Reputação Média	,147	118	,000	,885	118	,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Já em relação ao outro pressuposto, faz-se o teste de Levene que verifica a homogeneidade das variâncias. Foi utilizado o teste de Welch ou Teste robusto de igualdade de médias que corrige a homogeneidade de variância. O método de Hochberg é utilizado quando o teste de Levene apresenta que os grupos são homogêneos, ou seja, possuem homogeneidade de variância. Games-Howell é a opção para quando as variâncias não são homogêneas, nesse caso, utilizamos o teste Post Hoc que vai mostrar entre os pares, onde está a diferença.

4.1 Efeito do *Accountability*

Analisando os resultados da ANOVA sobre o efeito do *accountability* nas manipulações para a variável **Intenção de doação**, apresentado no gráfico 1, a média foi de 5,18 para a

intenção de doação numa escala *Likert* de 7 pontos, sendo 1, para pouco disposto e 7, para muito disposto, nas respostas de 28 indivíduos que receberam o cenário “com certificação externa”. Para o cenário “responsabilização interna”, foi observada a média de 5,53 na intenção de doação para 36 respondentes. No cenário da “responsabilidade mínima” a média de intenção de doação foi de 4,97 para 31 indivíduos que responderam ao questionário. Já para o cenário “sem padrão”, a média foi de 3,13, para 23 respondentes.

Por não se ter igualdade entre os grupos, utilizou-se o método Welch (6,324; sig. 0,001) que apontou uma diferença significativa entre os grupos. Nessa situação, foi empregado o teste Post Hoc sinalizando que a diferença estava em relação ao 4º grupo, “sem padrão”. Mostrando que para esses indivíduos não importa se existe a certificação ou não, o importante é, se é feito algo em relação a qualidade e a transparência, para sua intenção de doar.

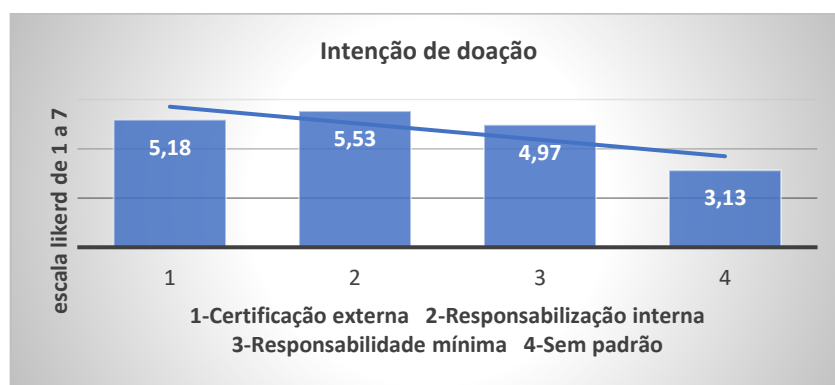


Gráfico 1. Intenção de doação

Fonte: Dados da Pesquisa

Nos resultados da análise da ANOVA sobre o efeito do *accountability* na variável **Confiança pública**, que continha 3 perguntas no instrumento de pesquisa, a média de confiança foi de 5,32 pra quem recebeu o cenário “com certificação externa”, numa escala *Likert* de 7 pontos, sendo 1, para discordo totalmente e 7, para concordo totalmente. Para quem recebeu o cenário “responsabilização interna”, a média da confiança foi de 5,53. No cenário da “responsabilidade mínima” a média de confiança foi de 5,03 e no cenário “sem padrão” a média de confiança foi de 3,69 (Gráfico 2). O teste Welch (4,340; sig. 0,008) mostrou diferença significativa entre os grupos, e por essa razão, foi empregado o teste Post Hoc, que mostrou a diferença somente no 4º grupo. Desta forma, se conclui que os indivíduos confiam na instituição quando ela possui alguma ação em relação a qualidade e transparência.

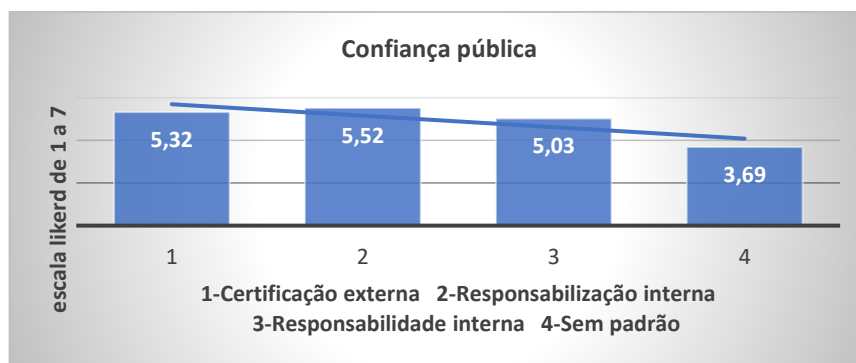


Gráfico 2. Confiança pública.

Fonte: Dados da Pesquisa.

As análises da ANOVA com o efeito do *accountability* na variável **Reputação**, com 6 perguntas no instrumento, mostraram uma média de 5,30 numa escala Likert de 7 pontos, sendo 1, para discordo totalmente e 7, para concordo totalmente, para os indivíduos que responderam o questionário com o cenário “com certificação externa”. Quem recebeu o cenário “responsabilização interna”, a reputação ficou com média de 5,83. Para quem respondeu o questionário no cenário “responsabilidade mínima”, a média foi de 4,98 e para quem respondeu no cenário “sem padrão” a média foi de 3,24 (Gráfico 3). O teste Welch (9,595; sig. 0,000) mostrou diferença significativa entre os grupos, e por essa razão, foi empregado o teste Post Hoc, que mostrou a diferença somente no 4º grupo. Com isso, conclui-se que esses indivíduos confiam na reputação dessas organizações se existe ações de qualidade e transparência, não necessariamente uma certificação externa.



Gráfico 3. Reputação

Fonte: Dados da Pesquisa

As análises da ANOVA para o efeito do *accountability* na variável **Qualidade**, com uma questão de escala Likert de 1 a 7, sendo 1, para discordo totalmente e 7, para concordo totalmente, mostrou que a média de qualidade percebida para o grupo da “certificação extena” foi de 5,36. No grupo que respondeu o questionário no cenário da “responsabilização interna”, a média foi de 5,69. Quem recebeu o cenário “responsabilidade mínima”, ficou com média de 5,15 e para o grupo que pegou o cenário “sem padrão”, a média foi de 3,30. O teste Welch (6,074; sig. 0,001) mostrou diferença significativa entre os grupos, e por essa razão, foi empregado o teste Post Hoc, que mostrou a diferença somente no 4º grupo. Resultados mostrados no gráfico 4. Como na maioria das análises do estudo, os indivíduos percebem a qualidade de uma organização se ela se compromete em ter qualidade e ser transparente.

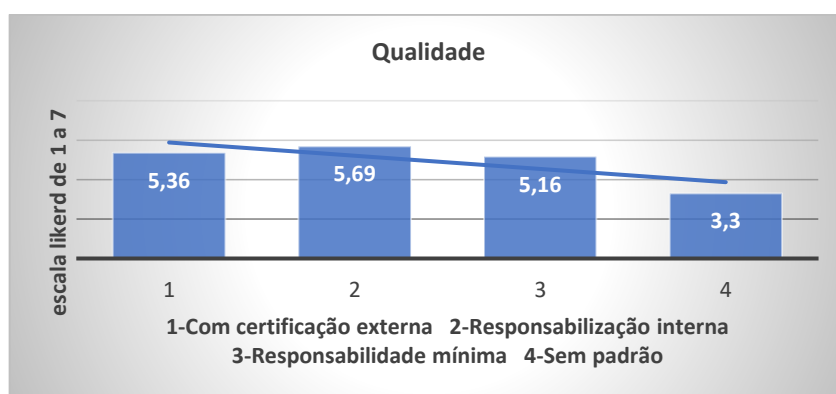


Gráfico 4. Qualidade

Fonte: Dados da Pesquisa

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este trabalho pretendeu verificar a influência do *accountability* na percepção de confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação, nas instituições sem fins lucrativos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com potenciais doadores de instituições do terceiro setor no Brasil. A manipulação dos níveis de *accountability* (Certificação externa, Responsabilização interna, Responsabilidade mínima, e Sem padrão), foi com as seguintes variáveis dependentes: confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação.

Na variável intenção de doação, a maior média foi percebida no nível de *accountability*, “responsabilização interna” e a menor, para o nível “sem padrão”. Essa diferença foi significativa e em relação a todos os outros níveis de *accountability*. Também para a confiança pública, reputação e qualidade percebida, o comportamento das médias se manteve o mesmo. Sempre a maior média no nível de “responsabilização interna” e a média do nível “sem padrão” com uma diferença significativa em relação a todos os outros níveis. Dessa forma os resultados obtidos sinalizam que o importante para os respondentes é que se tenha uma responsabilização em relação a qualidade e a transparência, não necessariamente a certificação externa.

No estudo de Becker (2018) a prestação de contas voluntária “certificada externamente” demonstra maior reputação e qualidade percebida entre as organizações sem fins lucrativos, o que neste estudo aconteceu com a “responsabilização interna”. Nos dois estudos, as organizações que não cumprem nenhum padrão de qualidade e transparência pontuam mais baixo em termos de confiança pública, reputação, qualidade percebida e comportamento de doação. Neste estudo, não foi o grupo “com certificação externa” que obteve as maiores médias, um entendimento diferente dos respondentes do estudo de Becker (2018). Neste estudo as maiores média ficaram com o grupo “responsabilização interna”.

Outros estudos anteriores como Tondolo, Tondolo, Bitencout e Paiva (no prelo), também sinalizam, porém na percepção dos gestores de organizações sem fins lucrativos, que a transparência é essencial para a manipulação de recursos. No caso desta pesquisa, o que se apresenta de novidade é que no caso dos potenciais doadores brasileiros, não importa tanto a certificação, mas sim, que a organização possua práticas de *accountability*, externalizando desta forma a transparência na gestão.

6 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo foi analisar a influência do *accountability* na percepção de confiança pública, reputação, qualidade percebida e intenção de doação, das instituições sem fins lucrativos. Para isso foi feito um experimento com o intuito de validar a vinheta de níveis de adoção de *accountability* no Brasil, validar as escalas de confiança, reputação, qualidade e intenção de doação e dessa forma alcançar o objetivo desse estudo.

A vinheta foi validada porque atingiu o nível de realismo com média de 5,03 numa escala Likert de 7 pontos, onde 1 é nem um pouco realista e 7 para muito realista e um nível de interessante com média de 5,49, também numa escala Likert de 7 pontos, onde 1 é nem um pouco interessante e 7 para muito interessante. Os testes de manipulação também apresentaram resultados satisfatórios. A validação das escalas traduzidas, especialmente confiança e reputação, onde foi realizado o teste alfa de Cronbach.

Para verificar a adoção do *accountability* na Intenção de doação a pesquisa obteve uma média de 5,18 para o nível “com certificação externa, 5,53 para o nível “responsabilização interna”, 4,97 para o nível “responsabilidade mínima” e apenas 3,13 para o nível “sem padrão,

numa escala Likert de 7 pontos. Como pode se observar uma diferença significativa de diminuição da média quando é o nível “sem padrão de certificação”, confirmando se aqui a influência do *accountability* na intenção de doação.

Para a verificação da influência do *accountability* na percepção de Confiança pública, obteve-se média de 5,32 no grupo “com certificação externa”; 5,52 no grupo “responsabilização interna”; 5,03 no grupo “responsabilidade mínima” e 3,24 para o grupo “sem padrão”, numa escala Likert de 7 pontos, percebe-se uma diminuição significativa da média para o grupo “sem padrão”, confirmando a influência do *accountability* na percepção de Confiança pública.

A mesma influência se verificou na Reputação, que obteve 5,3 de média para o grupo “com certificação externa”, 5,83 no grupo “responsabilização interna”, 4,98 para o grupo “responsabilidade mínima” e 3,24 no grupo “sem padrão”, também numa escala Likert de 7 pontos. Essa queda significativa estatisticamente da média para o grupo “sem padrão” corrobora a influência do *accountability* na Reputação.

Já para a Qualidade percebida as médias foram de 5,36 para o grupo “com certificação externa”; 5,69 no grupo “responsabilização interna”; 5,16 para o grupo “responsabilidade mínima” e 3,30 no grupo “sem padrão”. A queda significativa da média para o grupo “sem padrão” mostra a influência do *accountability* também na Qualidade percebida.

Conclui-se que para os potenciais doadores, no contexto brasileiro, o mais importante é que a organização possua práticas de *accountability*, independentemente de ser ou não certificada externamente. Como sugestão de estudos futuros, poderia se fazer uma análise pela lógica dos gestores de empresas que doariam ou não, parte do seu imposto de renda para essas instituições ou até mesmo analisar outras instituições como as Universidades. Este estudo se limitou a analisar o efeito da adoção do *accountability*, não foi analisado o efeito de práticas específicas do próprio *accountability*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbey, J. D., Meloy, M. G. (2017). Attention by design: Using attention checks to detect inattentive respondents and improve data quality. *Journal of Operations Management*, 53–56(1), 63–70.
- Almeida, M. C., Ferreira, E. S. (2006). *Terceiro Setor: Prestação de contas e suas implicações*. (Disponível em: <<http://www.horizontecientifico.propp.ufu.br>>. Acesso em: 10 ago 2021.
- Araújo, O. C. (2005) *Contabilidade para organizações do Terceiro Setor*. São Paulo: Atlas.
- Armani, D. (2008). *Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil*. 1. ed. São Paulo: Peirópolis.
- Becker, A. (2018). An Experimental Study of Voluntary Nonprofit Accountability and Effects on Public Trust, Reputation, Perceived Quality, and Donation Behavior. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 47(3), 562 –582.
- Benjamin, L., Volda, A., & Bopp, C. (2018). Campos de política, sistemas de dados e o desempenho organização sem fins lucrativos de serviços humanos. *Gestão Humana, Liderança e Governança*, 42(2), 185-204.
- Buchheit, S., Parsons, L. M. (2006). Uma investigação experimental de informações contábeis influência sobre o processo de doação individual. *Jornal de Contabilidade e Políticas Públicas*, 25, 666-686.

Cooper, D. R., e Schindler, P. S. (2016). *Métodos de pesquisa em administração*. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

Dall'agnol, C. F., Tondolo, R. R. P., Tondolo, V. A. G., Sarquis, A. B. (2017). Transparência e Prestação de Contas na Mobilização de Recursos no Terceiro Setor: Um Estudo de Casos Múltiplos Realizado no Sul do Brasil. *Revista Universo Contábil*, 13(2), 187-203.

Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999. *Regulamenta a Lei nº 9.790 de 23/03/1999*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm. Acesso em: 10 jun 2021.

Drucker, P. F. (2002). *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning.

Eckerd, S. (2016). Experiments in purchasing and supply management research. *Journal of Purchasing and Supply Management*, 22(4), 258–261.

França, R. D. (2007). *Sistemas de controle no terceiro setor: Um estudo exploratório das Igrejas Batistas da Grande João Pessoa*. Dissertação de Mestrado. Paraíba. UNB/UFPB/UFRN.

Fernandes, R. C. (1994). *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro. Relume-Dumar.

Gugerty, M. K. (2009) Signaling virtue: Voluntary accountability programs among nonprofit organizations. *Policy Sciences*, 42, 243-273.

Guimarães, L. S. R. (2008). *Governança no terceiro setor: estudo descritivo-exploratório do comportamento de conselhos curadores de fundações empresariais no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13052008-100642/>>. Acesso em: 13 jun 2021.

Hudson, M. (1999). *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2004). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2010) *Código das melhores práticas de governança corporativa*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 11 jun 2021.

_____. (2011). *Governança corporativa*. Disponível em: <<http://http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em: 29 jun 2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). *Mapa das Organizações da Sociedade Civil - 2015*. Recuperado em junho de 2021. Disponível em: <<https://mapaosci.ipea.gov.br/dados-indicadores.html/>> Acesso em: 15 jun 2021.

Kearns, K. P. (1994). The strategic management of accountability in nonprofit organizations: an analytical framework. *Public Administration Review*, 54(2), 185-192.

Marcuello, C., Salas, V. (2001). Nonprofit organizations, monopolistic competition, and private donations: evidence from Spain. *Public Finance Review*, 29(3), 183-207.

Medeiros, P. M. (2016) *Doações no terceiro setor brasileiro: uma análise sobre o impacto das informações contábeis*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA.

Mendonça, L. R., Machado Filho, C. A. P. (2004). Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)*, São Paulo, 39(4), 302-308.

Milani Filho, M. A. F. (2021). A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho. 140p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em: <www.fea.usp.br>. Acesso em junho 2021.

Mindlin, S. E. (2009). *A governança de fundações e institutos empresariais: um estudo exploratório*. 2009. 229 f. Tese (Doutorado em Administração). Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Montgomery, D. E. (1991). *Design and Analysis of Experiments*. New York: John Wiley and Sons, 1991.

Morrison, J., Salipante, P. (2007). Governance for Broadened Accountability: Blending Deliberate and Emergent Strategizing. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly* - *nonprofit volunt Sector*.

Olak, P. A., Nascimento, D. T. (2006). *Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)*. São Paulo: Atlas.

_____, _____. (2010). *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro setor)*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Paese, C., Caten, T. C., Ribeiro, J. L. D. (2001). Aplicação da Análise de Variância na Implantação do CEP. *Revista Produção*, 11(1), 17-26.

Parsons, L. M. (2007). The impact of financial information and voluntary disclosures on contributions to not-for-profit organizations. *Behavioral Research in Accounting*, 19, 179-196.

Salamon, L. M. A emergência do terceiro setor - Uma revolução associativa global. (1998) *Revista de Administração*, 33(1), 5-1.

Salamon, L.M., Sokolowski, S. W. (2016). Além das organizações sem fins lucrativos: reconceituando o terceiro setor. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Organizations*, 27(4), 1515-1545.

Salamon, L., Anheier, H. (1992). In search of the nonprofit sector I: the question of definitions. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Organizations*. 3(2), 125-151.

Sathler, L. (2008). *Governança no terceiro setor: Estudo descritivo-exploratório do comportamento de Conselhos Curadores de Fundações Empresariais no Brasil*. Tese.

Savage, G. T., Nix, T. W., Whitehead, C. J., e Blair, J. D. (1991). Strategies for assessing and managing organizational stakeholders. *Academy of Management Executive*, 5(2), 61-75.

Saxton, G. D., Kuo, J. S., e Ho, Y. C. (2012). The determinants of voluntary financial disclosure by nonprofit organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41, 1051-1071.

Szper, R., e Prakash, A. (2011). Charity watchdogs and the limits of information-based regulation. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 22, 112-141.

Tondolo, R. R. P., Tondolo, V. A. G., Camargo, M. E., Sarquis, A. B. (2016). Transparência no Terceiro Setor: Uma proposta de construto e mensuração. *Espaços Públicos*, 19(47), 7-25.

Tondolo, R. R. P., Tondolo, V. A. G., Bitencourt, C. C., Paiva, E. L. (no prelo). Efeito da transparência e do capital social na intenção de mobilizar recursos. *Cadernos-EBAPE*.

Tribunal de Contas da União. (2008). *Boas práticas em segurança da informação*. Brasília: TCU.

Valencia, L., Queiruga, D., Gonzalez-Benito, J. (2015). Relação entre transparência e eficiência na alocação de recursos em organizações não governamentais de desenvolvimento. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 26(6), 2517-2535.

Vargas, S. I. (2008). *Governança nas entidades do terceiro setor: uma análise dos princípios de boa governança definidos pelo IBGC nas ONG's associadas à ABONG, sediadas nas regiões sul e sudeste do Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052008-122702/>>. Acesso em: 09 jun 2021.

Wason, K. D., Polonsky, M. J., Hyman, M. R. (2002). Designing Vignette Studies in Marketing. *Australasian Marketing Journal*, 10(3), 41-58.

Willems, J., Waldner, C. J., Dere, Y. I., Matsuo, Y., e Högy, K. (2017). The role of formal third-party endorsements and informal self-proclaiming signals in nonprofit reputation building. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 46, 1092-1105.

Zizzo, D. J. (2010). Experimenter demand effects in economic experiments. *Experimental Economics*, 13(1), 75–98. <https://doi.org/10.1007/s10683-009-9230-z>

ⁱ O instrumento pode ser obtido mediante solicitação ao autor correspondente.